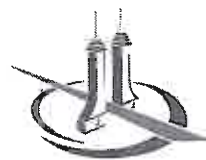




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



**Gabinete do Vereador Eric Lins**

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS

Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893

Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)

E-mail: [ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br](mailto:ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br)

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

**Documento:** Projeto de Lei nº 020/2017 - protocolado sob o nº  
000117/2017/LEG

**Procedência:** Vereador Eric Lins

**Relator:** Vereador José Clemente da Silva Corrêa

**Assunto:** “Ingresso no sistema de ensino municipal, no tempo certo, segundo a capacidade de cada um”

### VOTO EM SEPARADO

Contraponho o Parecer emitido pela excelentíssimo relator sobre a matéria aposta na Comissão de Finanças e Orçamento em razão de que o presente Projeto de lei é legal, constitucional, sua não <sup>14</sup> existência , por outro lado, é inconstitucional, e não impacta os cofres públicos, conforme se explicitará.

O parecer contraposto aduz que:

1. O projeto de lei estaria em desacordo com os dispostos nas Resoluções 01 e 06/2010 do CNE.

2. Que cabe ao CNE deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC.

3. O Resp 1.417.704 indicou que “ Não é dado ao Judiciário [...] substituir-se às autoridades públicas de educação para fixar ou suprimir requisitos para o ingresso de crianças no ensino fundamental”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



**Gabinete do Vereador Eric Lins**

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS

Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893

Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)

E-mail: [ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br](mailto:ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br)

4. Que a maior quantidade de matrículas na 1ª série exigirá do Poder Público investimentos para garantir a estrutura mínima, revelando impacto financeiro.

5. Que o Poder Público Municipal terá de disponibilizar profissionais para o atendimento educacional especializado e compor a “equipe multidisciplinar”, revelando impacto financeiro.

Data vênia, discordamos.

**Sobre a Lei Orgânica**

1. O funcionamento da Administração Pública diz respeito às questões funcionais e organizacionais dos serviços públicos prestados pelo Município, sendo assim, ao tratar sobre a idade de ingresso, o projeto de lei não determina a forma como a estrutura irá ser modelada, tampouco cria regras quanto a horários de funcionamento, disposição de funcionários ou forma de recepção, resguardando a competência para a tomada de tais decisões ao Poder Executivo. Resta assim respeitado o inciso VI da Lei Orgânica do Município de Uruguaiana.

2. O planejamento e a promoção da execução do serviço municipal de educação (serviços uti universi) mantêm-se à cargo do Poder executivo, eis que a normatização da idade de ingresso é de âmbito individual, não coletivo, obedecendo assim à regra do inciso X do art 96 da Lei Orgânica do Município.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



**Gabinete do Vereador Eric Lins**

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS

Telefone: (55) 3412-5977 -- Fax: (55) 3412-5893

Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)

E-mail: [ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br](mailto:ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br)

3. A tomada de providências é matérias estritamente executiva, e diz respeito à aplicação da lei, não sua feitura, sua iniciativa, não restando afrontado o inciso XXII do art 96 da Lei Orgânica do Município.

### **Sobre a Constituição Federal**

1. A competência do Município para suplementar normas gerais, natureza da Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/1996, está consagrado no art. 30, II da CF/88. A previsão do art 4º da LDB é do tipo aberto, dependendo de regulamentação. Não é por outro motivo que foram editadas as Resoluções 01 e 06 do CNE que fixaram no dia 31 de março a data de corte.

2. As Resoluções do CNE são objeto da ADPF 292 no STF por afrontarem o artigo 208, V da Constituição Federal. Diversas outras leis no país foram objeto de ações de inconstitucionalidade pelo mesmo motivo.

3. Segue a decisão do sobre a constitucionalidade da competência municipal para falar **especificamente sobre o tema:**

ADI 682 PR – 08/03/2007

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DO ESTADO DO PARANÁ



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



**Gabinete do Vereador Eric Lins**

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS

Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893

Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)

E-mail: [ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br](mailto:ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br)

9.346/1990. MATRÍCULA ESCOLAR ANTECIPADA. ART.

24, IX E PARÁGRAFO 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA CONCORRENTE PARA LEGISLAR SOBRE EDUCAÇÃO. A lei paranaense 9.346/1990, que faculta a matrícula escolar antecipada de crianças que venham a completar seis anos de idade até o final do ano letivo de matrícula, desde que preenchidos determinados requisitos, cuida de situação excepcional em relação ao que era estabelecido na lei federal sobre o tema à época de sua edição (lei 5.692/1971 revogada pela lei 9.394/1996, esta alterada pela lei 11.274/2006). Atuação do Estado do Paraná no exercício da competência concorrente para legislar sobre educação. Ação direta julgada improcedente.

**Ponto a Ponto**

1. O projeto não está em desacordo com as normas da CNE. A competência legislativa da Câmara de Vereadores de Uruguaiana se funda no art 30, II da CF (para suplementar a norma geral nacional) e se sobrepõe as normas do CNE (que possui competência infralegal meramente regulamentar da lei).

2. Quem é inconstitucional são as resoluções 01 e 06 do CNE, tanto que contra elas corre a ADPF 292 por afronta ao art. 208, V da CF.

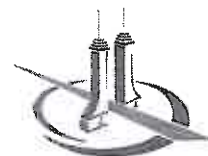
3. O REsp foi claro quando diz que o Judiciário não se imiscuirá nos assuntos do Executivo. Aqui temos uma iniciativa legislativa, que é, aliás, embasada em preceitos constitucionais de competência. Caso absolutamente diferente.

4. Impacto Financeiro não é presumido, o direito não exige prova negativa, a questão da alocação de crianças passa apenas por redistribuição e regulamentação no âmbito do Poder Executivo, coisa que não cabe a este Poder Legislativo se imiscuir pois se tratam de opções administrativas.

5. O projeto de lei cita equipe inte disciplinas, entretanto não aduz que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



**Gabinete do Vereador Eric Lins**

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS

Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893

Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)

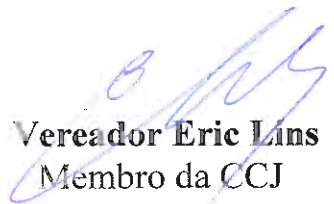
E-mail: [ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br](mailto:ericlins@camarauruguaiana.rs.gov.br)

deverá necessariamente ser constituída pelo Poder Público, podendo ser composta de profissionais liberais, servidores públicos ou ser comissão mista (tudo a ser regulado pelo Poder executivo posteriormente à lei). Ademais, o serviço de pareceres é pontual e não contínuo. Ademais, existem 6 psicopedagogos na Administração Pública Municipal, 35 psicólogos e uma infinidade de professores, que comporiam a equipe.

### CONCLUSÃO

Sendo assim, resta que o Projeto de Lei 20/2017 talvez seja o primeiro projeto constitucional do Brasil acerca da matéria, exatamente porque prevê uma regra flexível que respeita a capacidade de cada criança, encarada como indivíduo com características próprias e desenvolvimento diferenciado, não tendo impacto financeiro direto nem obrigatório, ficando toda a discricionariedade sobre as mãos do administrador municipal.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 2017.

  
Vereador Eric Lins  
Membro da CCJ

VOTO:

De acordo:

Contrário: